

Termo de Referência 10/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2023	200364-SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ	ADAMO HENRIQUE LOUZADA	29/08/2023 19:44 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;	3/2022	08385.002885/2023-11

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de carimbos, e fornecimento/substituição de borrachas de carimbos, para atendimento das necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e suas delegacias descentralizadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Subitem	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário Médio	Valor Total Máximo por Subitem	Valor Total do Item
	1.1	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 5,9 x 2,3 cm.	Unidade	51	R\$ 38,17	R\$ 1.946,67	
	1.2	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 1,5 x 8 cm.	Unidade	57	R\$ 74,00	R\$ 4.218,00	
	1.3	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 4,0 x 4,0 cm.	Unidade	1	R\$ 71,17	R\$ 71,17	
	1.4	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 7,5 x 3,8 cm.	Unidade	1	R\$ 75,83	R\$ 75,83	

1	1.5	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 38 x 14 mm.	Unidade	1	R\$ 26,60	R\$ 26,60	R\$ 7.461,42
	1.6	CARIMBO AUTOMÁTICO Tamanho: 4 x 2 cm.	Unidade	2	R\$ 30,50	R\$ 61,00	
	1.7	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 2,5 x 8 cm.	Unidade	1	R\$ 77,03	R\$ 77,03	
	1.8	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 6,00 x 4,00 cm.	Unidade	1	R\$ 57,90	R\$ 57,90	
	1.9	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 2,0 x 8,0 cm.	Unidade	4	R\$ 73,68	R\$ 294,72	
	1.10	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 5,0 x 9,0 cm.	Unidade	3	R\$ 171,50	R\$ 514,50	
	1.11	CARIMBO AUTOMÁTICO ou AUTO/ENTINTADO Tamanho: 1,75 cm, formato circular.	Unidade	2	R\$ 59,00	R\$ 118,00	
2	2.1	SERVIÇOS DE TROCA DE BORRACHA PARA CARIMBO Tamanho: 1,8 x 5,5 cm	Serviço	1	R\$ 12,05	R\$ 12,05	R\$ 70,55
	2.2	SERVIÇOS DE TROCA DE BORRACHA PARA CARIMBO Tamanho: 1,8 x 4 cm	Serviço	5	R\$ 11,70	R\$ 58,50	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da data de confirmação do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 7.531,97 (sete mil e quinhentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Trata-se de processo visando a aquisição de carimbos, e fornecimento/substituição de borrachas de carimbos, para atendimento das necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e suas delegacias descentralizadas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 201/202

II) Data de publicação no PNCP: 01/02/2023

III) Id do item no PCA: 24/2022 e 85/2022

IV) Classe/Grupo: 7520 - ACESSÓRIOS E DIPOSITIVOS PARA ESCRITÓRIO

V) Identificador da Futura Contratação: 200364-3/2022

2.3. Tendo em vista que a última contratação referente ao objeto em questão se deu no ano de 2020, através de formalização de Dispensa de Licitação, fez-se necessário a aquisição de novos carimbos, ou substituição de suas borrachas, a fim de atendimento de demandas imediatas, e de acordo com as necessidades de cada unidade vinculada à SR/PF/PR, demonstrada em procedimento administrativo.

2.4. A aquisição de carimbos / substituição de borrachas justifica-se diante da necessidade administrativa de identificação em documentos, processos, tramites processuais, expedição de certidões, dentre outros. Logo a não aquisição imediata desses novos materiais pode comprometer as atividades realizadas pelas diversas unidades administrativas e o atendimento ao cidadão, fazendo-se necessária para padronizar atos, dar praticidade aos procedimentos, identificar servidores na execução de suas atribuições, proporcionar rapidez na tramitação de processos e documentos físicos, gerar economia de papel e suprimentos para impressão.

2.5. É importante salientar que tal necessidade diminuiu consideravelmente após a crescente utilização de sistemas informatizadas, restando, contudo, algumas necessidades relativas à documentos impressos, razão pela qual não se vislumbrou, após manifestação de todas as unidades interessadas, subordinadas à SR/PF/PR, necessidade de contratação contínua de tais serviços, tais como efetivado em exercícios passados. Destaca-se que, referente aos serviços de fornecimento/substituição de borrachas de carimbos, são executados por mão de obra terceirizada, uma vez que não existem, no quadro de pessoal da Polícia Federal, servidores qualificados, com conhecimentos técnicos e específicos, ou maquinário próprio para execução de tais serviços.

2.6. Por se tratar de materiais e serviços que apresentam especificações comuns de mercado, podendo concorrer diversas empresas interessadas, justifica-se realizar da contratação por 02 (dois) itens, um referente à aquisição e outro referente à execução de fornecimento/substituição de borrachas de carimbos, a fim de se manter a padronização de todos os materiais que serão utilizados nas dependências da SR/PF/PR e suas descentralizadas. Além disso, tal medida visa evitar que algum(ns) material (is) reste(m) deserto(s), por desinteresse dos fornecedores naqueles que demandem pouca quantidade, cuja adjudicação apresentará baixo valor, eventualmente inviável tanto para as Empresas procederem a entrega, quanto para a Administração realizar a gestão de múltiplas contratações com preços demasiadamente reduzidos.

2.7. Quando do encaminhamento de proposta escrita, as Empresas deverão observar os valores máximos aceitáveis por subitem, independente dos menores valores do item, sob pena de desclassificação.

2.8. O quantitativo listado na tabela acima, foi estabelecido com base nas necessidades atuais de cada uma das unidades interessadas, considerando o decurso de tempo em que a SR/PF/PR permaneceu sem contrato para tal objeto, cujas manifestações constam em processo administrativo, e visam suprir as necessidades dos setores durante os próximos 12 (doze) meses, cuja a distribuição, por item, se dará conforme compilação constante no Anexo I deste TR, e conforme tabela a seguir:

ITEM	DISTRIBUIÇÃO INTERNA	QUANT.
	GAB/SR/PF/PR	4

1	DREX/SR/PF/PR	17
	SIP/SR/PF/PR	1
	SELOG/SR/PF/PR	10
	DPF/MGA/PR	1
	DPF/GPB/PR	18
2	DREX/SR/PF/PR	16
	DPF/PNG/PR	20
	DPF/MGA/PR	19
	DPF/PGZ/PR	2
3	DPF/MGA/PR	1
4	DREX/SR/PF/PR	1
5	DREX/SR/PF/PR	1
6	DPF/LDA/PR	2
7	DPF/PGZ/PR	1
8	SELOG/SR/PF/PR	1
9	DREX/SR/PF/PR	4
10	DREX/SR/PF/PR	3
11	DREX/SR/PF/PR	2
12	DPF/PGZ/PR	1
13	DPF/PGZ/PR	5

2.9. Considerando que diversas empresas podem fornecer os materiais pretendidos, por se tratar de bens/serviços comuns, disponíveis no comércio, conclui-se que para tais bens/serviços não há considerável variabilidade no mercado, a não ser no requisito da qualidade, o que, acredita-se, esteja respaldado pela completude das especificações, e exigência de comprovação de qualificação técnica, minimizando o risco de aquisição de itens de qualidade inferior pautados por preço referencial que não se justificaria.

2.10. A pesquisa de preços foi realizada observando as orientações contidas na Portaria nº 499/2021 - MJSP e nos parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGES/ME, tendo sido todo o processo de pesquisa consolidado nos autos eletrônicos, compilados em Mapa Comparativo de Preços, cujo valor total se perfaz no montante de R\$ 7.531,97 (sete mil e quinhentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos).

2.11. Modelo de detalhamento dos tamanhos, especificações e desenhos dos carimbos, por subitem, consta no Anexo I deste Termo de Referência, que deverão ser observados pela Empresa quando da elaboração de sua proposta, sendo que anexo definitivo, com dados exatos dos carimbos a serem entregues (constando nomes completos, números de RG, CPF e matrículas), será entregue apenas à Empresa vencedora, para atendimento integral de suas normas, a ser conferido pela Administração no momento da entrega.

2.11.1. Optou-se por padronizar, para todos os carimbos em que constar o nome dos servidores, em atendimento analógico ao Manual de Redação da Presidência da República, sua descrição em letras maiúsculas e fonte Calibri.

2.11.2. A fim de se preservar dados sensíveis dos servidores, o Anexo a ser publicado não constará informações tais como números de RG/CPF/MATRÍCULA ou/e outros, sendo tais dados repassados apenas à Empresa vencedora, juntamente com a Nota de Empenho ou Ordem de Serviço.

2.12. Qualquer dúvida referente à correta confecção dos carimbos deverá ser verificada pela Empresa junto à contratante sendo aquela responsabilizada por eventuais equívocos em que der causa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Aquisição de carimbos, e fornecimento/substituição de borrachas de carimbos, para atendimento das necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná e suas delegacias descentralizadas.

3.2. Os materiais de Item 1 deverão atender às especificações, tamanhos, grafias e desenhos constantes no Anexo I deste Termo de Referência, devendo ser entregues em caixa de papelão ou outra embalagem similar que garanta sua proteção até o momento da entrega e durante outras transportações internas e entre municípios, a ser realizada pela Contratante, e deverão estar devidamente identificados externamente, preferencialmente com a mesma grafia interna do carimbo correspondente.

3.3. O prazo de entrega dos bens de Item 1 é de 15 (quinze) dias, contados a partir da data e confirmação do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, na sua totalidade, no seguinte endereço: Rua Professora Sandália Monzón, 210 - Santa Cândida, Curitiba/PR, Cep - 82640-040 (Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná).

3.4. O prazo para realização dos serviços de Item 2 é de 05 (cinco) dias, contados da data de retirada pela dos materiais correspondentes, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data e confirmação do recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Rua Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 - Oficinas, Ponta Grossa/PR, Cep - 84035-780 (Delegacia de Polícia Federal em Ponta Grossa).

3.5. Os horários para entrega dos materiais ou retirada para realização de serviços de substituição das borrachas em carimbos será de 09h00 às 12h00, e das 14h00 às 18h00.

3.6. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a pedido justificado pelo fornecedor e analisado pela Administração.

3.7. Visando obter maior uniformidade do ponto de vista técnico e de desempenho para futura contratação, o planejamento das aquisições por meio desse procedimento, atenderá ao princípio da padronização e racionalização.

3.8. Considerando tratar-se de contratação de pequena monta, cuja o valor não extrapola o limite constante no inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021, esta se dará através de uma Dispensa de Licitação, em sua forma eletrônica.

3.8.1. A opção pela aquisição nos termos do art. 75, II da Lei 14.133/2021, é a mais vantajosa para a Administração para a aquisição/serviços pretendidos, tendo em vista a necessidade de utilização dos mesmos de forma imediata, dada o decurso do tempo em que deixaram de ser fornecidos a esta Unidade, não havendo previsão de conclusão do processo em andamento

referente a aquisições de materiais de expediente, o que pode demonstrar celeridade para o atendimento das necessidades acima apontadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) utilizar materiais constituídos quando possível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b) utilizar materiais que observem os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) condicionar, preferencialmente, o bem em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

d) não ofertar bens que contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

e) ser responsável pela destinação ambiental de eventuais resíduos através da aplicação da logística reversa de eventuais equipamentos eletrônicos remanescentes adquiridos, em atendimento a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

f) observar que os veículos da empresa que vierem a circular no âmbito da Administração para as entregas do bem deverão cumprir os dispositivos legais de proteção ao meio ambiente, para uso de unidades movidas a combustíveis renováveis, de acordo com critérios econômicos e técnicos, conforme estabelece a Lei 9.660, de 16 de junho de 1998.

g) orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades de programas de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dar preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

h) Quando da execução dos serviços, visar a economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de Eficiência Energética nº 10.295/01.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de entrega dos bens (item 1) e execução dos serviços (item 2) é de 15 (quinze) dias e 05 (cinco) dias, respectivamente, conforme detalhamento constante em itens 3.3. e 3.4 deste Termo de Referência, contados do(a), em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega (item 1) ou retirada dos carimbos (item 2) na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. Referente ao prazo de execução de serviços de substituição de borrachas (item 2), sendo efetivada a retirada dos carimbos, não sendo possível a entrega na data assinalada, a comunicação com as respectivas razões deverá ocorrer com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

5.3. Os bens (item 1) deverão ser entregues no endereço informado em item 3.3, e os serviços (item 2) executados nas próprias dependências da Empresa contratada, com retirada no endereço informado em item 3.4.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

5.8. Do Preço, Do Pagamento, Do Prazo de Pagamento e das Condições de Pagamento

5.8.1. O valor máximo aceitável da contratação é de R\$ 7.461,42 (sete mil quatrocentos e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos) para o item 1, e de R\$ 70,55 (setenta reais e cinquenta e cinco centavos) para o item 2.

5.8.1.1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.8.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.8.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.8.3.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto da contratação.

5.8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.8.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

5.8.4.1. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados da contratação e do órgão contratante;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.8.4.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.8.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.4.4. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.8.4.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.8.4.8.. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.8.4.9.. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.8.4.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 03 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

8.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento do contrato.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos carimbos retirados para substituição de borrachas (item 2), ou de 05 (cinco) dias que anteceda a retirada dos carimbos para substituição de borrachas (item 2) ou a entrega dos novos carimbos (item 1), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, inclusive nos casos de erros nas grafias dos carimbos, de acentuação, erros de português ou troca indevida de letras, que estejam em desacordo com o contido no Anexo I deste Termo de Referência;;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devido, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.7. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação, ou para qualificação, na contratação direta;

9.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.12. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste termo, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.13. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Anexo I deste Termo de Referência.

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não dar aceite em Nota de Empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- h) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "g", "h", "i", "j" e "k" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e" e "f", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas acima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

11.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

11.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

11.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 000001/200364;

Fonte de Recursos: 1000000000;

Programa de Trabalho: PTRES 172371;

Elemento de Despesa: 339030;

Plano Interno: PF99900AG23;

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GETULIO SILVIO BERTONCELLO

Membro da comissão de contratação

ADAMO HENRIQUE LOUZADA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/08/2023 às 19:44:19.